

72ª DELIBERAÇÃO DA SECÇÃO PERMANENTE DO SEGREDO ESTATÍSTICO

**AUTORIZAÇÃO DE LIBERTAÇÃO DO SEGREDO ESTATÍSTICO DE DADOS ESTATÍSTICOS CONFIDENCIAIS
SOLICITADOS PELA
AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E.**

Tendo em consideração a solicitação da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., (AICEP) de 22 de abril de 2025, relativa a:

Comércio Internacional

Operadores económicos do comércio internacional - importadores em 2020-2023 (apuramentos definitivos) e importadores e exportadores 2024 (apuramentos preliminar e definitivo), com nomes, moradas, CAE principal, identificação de produtos, mercados, valores e quantidades, a 8 dígitos da Nomenclatura Combinada (NC).

Considerando:

- A natureza confidencial da informação solicitada, nos termos do número 2 do artigo 6.º da Lei n.º 22/2008 de 13 de maio;
- Que os dados se destinam a preencher necessidades de informação estatística relevantes no quadro da dinamização da economia portuguesa pela AICEP, serão utilizados para estudos internos, e o pedido se enquadra numa das exceções previstas no número 6 do artigo 6.º da Lei n.º 22/2008 de 13 de maio – relações económicas externas – as quais permitem ao Conselho Superior de Estatística autorizar a libertação de dados sujeitos a Segredo Estatístico;
- Que os dados a ceder (os quais serão disponibilizados na cloud privada do INE, após emissão de credenciais para acesso pela AICEP) não podem ser utilizados para fins de divulgação de indicadores globais (que não listagens de operadores) sobre as estatísticas do Comercio Internacional dado que, para esse efeito, o Instituto Nacional de Estatística preparará informação com tratamento do segredo estatístico para envio à AICEP;
- A cooperação entre o INE e a AICEP, nomeadamente quanto aos limites de utilização da informação estatística de base, a qual será apenas utilizada para realização de estudos internos e não para divulgação direta;
- A importância de salvaguardar a segurança e a confidencialidade no tratamento da informação estatística, pelo que deve a AICEP pôr em prática as medidas técnicas e organizativas adequadas para

proteger os dados solicitados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, de forma a garantir total observância do princípio do segredo estatístico, preservando assim a confiança no SEN;

- A legislação orgânica e de funcionamento da AICEP (Decreto-Lei n.º 229/2012 de 26 de outubro, na sua redação atual), que permite concluir que a entidade não prossegue atribuições que colidam direta ou indiretamente com a aplicação do princípio do segredo estatístico;
- O compromisso da AICEP em não divulgar, na sua base de dados de empresas exportadoras e importadoras, informação que não esteja agregado por escalões quantitativos;
- As competências do Conselho Superior de Estatística (CSE), nos termos da Lei n.º 22/2008, de 13 de maio, para zelar pelo cumprimento do segredo estatístico junto das entidades solicitantes de informação confidencial, podendo realizar auditorias e outras ações de fiscalização do cumprimento das suas deliberações, exercidas pela Secção Permanente do Segredo Estatístico (SPSE) de acordo com o anexo A da 63ª Deliberação do Plenário do Conselho;
- O estipulado no artigo 6.º da Lei n.º 22/2008, de 13 de maio, que se refere ao princípio do segredo estatístico em geral e estabelece, em particular, as exceções admissíveis a este, designadamente as finalidades a que tem de destinar-se a informação libertada e os limites da sua utilização;
- A possibilidade de ser utilizado o Procedimento Escrito, previsto no artigo 25.º do Regulamento Interno do CSE, para análise de pedidos anuais idênticos, diferindo apenas nos anos da informação disponibilizada, desde que não se verifiquem alterações nas atribuições e competências da entidade solicitante.

A Secção Permanente do Segredo Estatístico, considerando as suas competências legais e regulamentares, **delibera:**

A) Autorizar o Instituto Nacional de Estatística a fornecer à Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. (AICEP) os dados estatísticos referidos no primeiro parágrafo.

B) A AICEP deve assinar a Declaração de sigilo em anexo, comprometendo-se a:

1. Guardar absoluto sigilo em relação aos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, relativos a informação estatística confidencial sobre Comércio Internacional, usando-os exclusivamente para os fins mencionados no segundo considerando;
2. Utilizar os dados para efeitos de análise interna, sem prejuízo da aplicabilidade do artigo 6.º da Lei n.º 22/2008 de 13 de maio, não procedendo à sua divulgação de forma direta pois para efeitos de divulgação de indicadores sobre as estatísticas do Comércio Internacional deverá a AICEP utilizar a base de dados com o tratamento do segredo que lhe será fornecida pelo INE;
3. Que a informação cedida pelo Instituto Nacional de Estatística no âmbito desta Deliberação, não pode ser objeto de divulgação individual nem pode ser utilizada para atualização da base de empresas, exportadoras e importadoras, constante do sítio da AICEP;

4. Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger a informação estatística disponibilizada, contra o acesso não autorizado, a difusão, a alteração, a destruição acidental ou ilícita, ou a perda acidental;
5. Utilizar a informação somente para as finalidades para que foi cedida, e enquanto necessária, procedendo à sua destruição logo que deixe de ser necessária para aquelas finalidades, de forma que garanta a impossibilidade de quaisquer acessos futuros por terceiros;
6. Enviar ao INE e ao CSE o resultado de estudos ou trabalhos desenvolvidos a partir da informação estatística cedida, logo que esteja concluído.

Lisboa, 26 de maio de 2025

O Vice-Presidente do CSE, António Miguel Rua

A Secretária do CSE, Cláudia da Conceição Mendes Antunes Pina